

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.^o , DE 2011 (Do Sr. JOSÉ PRIANTE)

Requer informações à Controladoria Geral da União (CGU) sobre ações de fiscalização das obras do Projeto Vila da Barca, em Belém (PA).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art.50, parágrafo 2º, da Constituição Federal e no art. 24, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Ex.^a que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, as seguintes informações sobre as ações de fiscalização do convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Prefeitura Municipal de Belém, Estado do Pará, para a construção de moradias populares no logradouro conhecido como Vila da Barca, no bairro do Telégrafo:

- 1 – A CGU no Pará está promovendo ou pretende promover ações de fiscalização do convênio e das obras na Vila da Barca?
- 2 – Quais os motivos que levaram ou levarão a CGU a fiscalizar as obras?
- 3 – Eventuais irregularidades ou descumprimento dos termos do convênio já foram identificados pela fiscalização? Quais?
- 4 – Qual é o montante dos recursos estabelecidos no convênio, quanto já foi repassado pela CEF e quanto a Prefeitura Municipal de Belém investiu no empreendimento como contrapartida?
- 5 – Quando a CGU pretende apresentar relatório conclusivo sobre as ações de fiscalização das obras na Vila da Barca?
- 6 – Sendo constatadas irregularidades ou descumprimento dos termos do convênio, quais as providências a serem adotadas pela CGU para que os problemas identificados sejam sanados?

JUSTIFICATIVA

A comunidade da Vila da Barca, no bairro do Telégrafo, em Belém (PA), reúne moradores de baixa renda, a maioria vivendo em palafitas, em área de risco. Para melhorar as condições de vida de parte dos moradores, a Prefeitura

Municipal de Belém firmou convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) para receber recursos do Governo Federal destinados à construção de habitações populares às famílias da Vila da Barba.

As obras começaram em 2003. Inicialmente deveriam ser construídas 252 habitações, mas a Prefeitura só entregou 136 unidades em 21 de dezembro de 2007. Ainda estariam previstas mais 400 unidades, das quais mais de 200 sequer começaram a ser construídas. Há mais de um mês, as obras novamente foram paralisadas. Segundo os moradores, a construtora Uni Engenharia, responsável pela obra, teria retirado todo o maquinário e trabalhadores do canteiro de obras sem apresentar quaisquer justificativas.

Segundo a imprensa paraense, à Controladoria Geral da União (CGU) no Pará teria apurado que o valor total da obra seria de R\$ 89.029.937,44, cabendo à União o repasse de R\$ 74.578.252,13. Desse total, a CEF já teria repassado à Prefeitura R\$ 50.997.589,89, dos quais, desde 2003, apenas R\$ 20.172.276,48 teriam sido investidos na obra.

A imprensa paraense informa também que a CGU do Pará começaria, até o final de junho, ações de fiscalização das obras e que, em 60 dias, concluiria relatório sobre o trabalho.

Diante da importância da obra para a comunidade, da situação em que se encontram as famílias que não foram atendidas e da necessidade de se esclarecer o uso do dinheiro público nesse empreendimento, solicitamos as informações aqui requeridas.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 2011.

Deputado JOSÉ PRIANTE
PMDB–PA